

Meta de recuperar floresta custa até R\$ 52 bi

Categories : [Reportagens](#)

Em setembro do ano passado, quando lançou a meta brasileira para o Acordo de Paris, a presidente Dilma Rousseff foi questionada por jornalistas sobre o custo de implantação de uma das medidas anunciadas no plano, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030. Dilma respondeu com a candura habitual: “Se alguém tiver esse cálculo complexo de quanto vamos gastar, me passe”. Está na mão, presidente. Cumprir a meta custará, em 14 anos, algo entre R\$ 31 bilhões e R\$ 52 bilhões.

Os números foram produzidos pelo Instituto Escolhas, como parte de um pacote de estudos sobre o financiamento das metas climáticas brasileiras. Eles foram divulgados nesta quinta-feira pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que encomendou as contas ao Escolhas e à Fundação Getúlio Vargas.

A meta de 12 milhões de hectares de restauração, regeneração e replantio é uma das principais medidas anunciadas pelo Brasil para cumprir a INDC (Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida), segundo a qual o Brasil se compromete a cortar 37% das emissões em 2025 e 43% em 2030 em relação a 2025. O número deriva do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, o Planaveg, e corresponde a cerca de metade do passivo florestal que precisa ser restaurado no Brasil segundo o novo Código Florestal.

Até agora, porém, não havia estimativa do custo do cumprimento dessa medida. O setor produtivo tem dito que a meta é ambiciosa demais, uma vez que os custos de recuperação de um hectare de floresta nativa podem ultrapassar facilmente os R\$ 25 mil na Mata Atlântica – e o país precisa reflorestar o equivalente a uma Inglaterra.

O estudo do Escolhas, coordenado pelos físicos Shigueo Watanabe Jr. e Roberto Kishinami, buscou destrinchar esses custos considerando que a recuperação seria feita nas áreas de reserva legal, que podem ser exploradas economicamente pelos produtores rurais (extraíndo madeira, por exemplo), e apenas na Amazônia e na Mata Atlântica. Também foi considerado que o plantio de espécies nativas pode ser feito em consórcio com espécies exóticas como o eucalipto, algo permitido pelo Código Florestal.

Eles testaram um modelo econômico seguindo proporções diferentes de regeneração natural, plantio direto de nativas e exóticas e o chamado “adensamento e enriquecimento”, ou o plantio seletivo de espécies nativas de interesse comercial.

A conta mais barata, de R\$ 31 bilhões, considera que 60% da área a recuperar será regenerada naturalmente – algo que diminui a possibilidade de ganho econômico dos produtores. O valor mais

alto surge com 40% de regeneração, 30% de plantio e 30% de adensamento.

Se R\$ 52 bilhões parecem muito dinheiro, Watanabe relativiza: em entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo*, ele lembra que o dinheiro seria investido em 14 anos e que, só neste ano, o Plano Safra – o crédito à agropecuária – deve chegar a R\$ 200 bilhões.

Além disso, o cumprimento da meta criaria um novo setor na economia brasileira, o de recuperação florestal, que poderia gerar até R\$ 6,4 bilhões em impostos no período e 215 mil empregos.

“A floresta recuperada será fonte, ainda, de atividades econômicas, por meio das cadeias produtivas dos seus produtos, movimentando dezenas de bilhões de dólares nas próximas décadas”, escreveram os autores. “Com isso, o Brasil, ao contribuir para o combate às mudanças climáticas globais, tem a possibilidade de dinamizar sua economia ao mesmo tempo em que se beneficia de efeitos como a diminuição de sua exposição a crises hídricas.”

Invertendo o sinal

Outro estudo encomendado pela Coalizão Brasil e coordenado por Mario Monzoni, do Centro de Estudos de Sustentabilidade da FGV, tenta calcular os custos e os benefícios da meta mais ambiciosa da INDC: recuperar 15 milhões de pastagens degradadas até 2030, considerando que outros 15 milhões deverão ser recuperados até 2020 de acordo com o Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono).

A má notícia é que, considerando apenas as condições de crédito e de negócios atuais, a pecuária sustentável não é viável economicamente. A boa é que, se o país descobrir como financiar a atividade, o ganho no PIB em 2030 poderá ser de R\$ 145 bilhões e mais de 6 milhões de ocupações seriam criadas. “O sucesso nas iniciativas de integração dos sistemas agropecuário e florestal e na recuperação de pastagens pode impulsionar o Brasil à posição de protagonista global da economia sustentável. É um tema importantíssimo na agenda de um país em que o agronegócio responde por 23% do PIB e por 40% das exportações”, conclui Annelise Vendramini, coordenadora de pesquisa em clima e finanças sustentáveis no GVCES.

“O alcance das metas indica uma inversão do sinal de carbono do setor agropecuário no período de 15 anos. O ganho ambiental pode ainda potencializar a competitividade do Brasil diante das exigências de mercados internacionais que buscam uma oferta de carne com sua pegada neutralizada”, afirma o estudo.

*Republicado do [Observatório do Clima](#)
através de parceria de conteúdo.

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/reportagens/area-degradada-ajuda-meta-do-pais-no-clima/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/floresta-regenerada-e-esponja-de-carbono/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/fauna-amazonica-presta-servico-de-us-5-tri/>